
Efeito da Conduta Social sobre a Performance Econômica: Evidências da Indústria Têxtil Brasileira

Mônica Cavalcanti Sá de Abreu ¹

Orlando Vieira de Castro Junior ²

Francisco de Assis Soares ³

José Carlos Lázaro da Silva Filho ⁴

• Artigo recebido em: 04.03.2008 •• Artigo aceito em: 05.02.2009 ••• Segunda versão aceita em: 18.03.2009

Resumo

O trabalho apresenta uma análise das relações entre as condutas sociais e as performances econômicas de um conjunto de empresas têxteis de capital aberto, que publicaram suas demonstrações contábeis referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2003. A pesquisa foi elaborada a partir de evidências coletadas nas demonstrações contábeis das empresas divulgadas junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A análise econométrica é apresentada para avaliar a relação de causalidade entre a conduta social e a performance econômica, representada por dois indicadores: EBITDA/Receita Líquida e Retorno sobre Investimentos (ROI). Foram identificados sinais positivos dos coeficientes estimados das regressões entre conduta social e performance econômica indicando que, dentro da amostragem estudada, as empresas que adotam condutas socialmente responsáveis apresentam melhores performances econômicas.

Palavras-chave: Evidenciação Socioambiental; Estratégia; Responsabilidade Social; Indicadores de Performance; Indústria Têxtil.

¹ PhD. *University of Cambridge - Institute for Manufacturing*. Professora do Departamento de Administração na Faculdade de Economia, Administração, Atuárias e Contabilidade - FEAAC. Universidade Federal do Ceará - UFC. Laboratório de Estudos em Competitividade e Sustentabilidade - LECoS. E-mail: mabreu@ufc.br Endereço: Avenida da Universidade, 2.470 - 60.020-180. Fortaleza-CE.

² Mestre em Controladoria - FEAAC/UFC/LECoS. E-mail: orlandocastro@yahoo.com

³ Livre Docente pela UFC. Professor Adjunto do Departamento de Economia Aplicada - FEAAC/UFC/LECoS. E-mail: soares@ufc.br

⁴ Doutor em Planejamento Ambiental pela Technische Universität - Berlin (Alemanha), Professor Adjunto do Departamento de Administração - FEAAC/UFC/LECoS. E-mail: lazaro@ufc.br

Agradecimento: Apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) ao projeto 474753/2004-2.

Nota: este artigo foi aceito pela Editora Científica Jacqueline Veneroso Alves Cunha e passou por uma avaliação *double blind review*.

Functional Relation between Socio Conduct and Economic Performance: Brazilian Textile Disclosure Reports

Abstract

This work presents an analysis of the functional relation between the socio conduct and the economic performance from a sample of textile firms with open capital, which have published their accountancy reports concerning their financial year in 2003. The research was prepared on collected evidences from the firms' accountancy reports published by Brazilian Securities and Exchange Commission. The econometric analysis is presented to evaluate the causality connection between the socio conduct and the economic performance, this last one is represented by two indicators: Ebitda/ net income and return of investments (ROI). The econometric results demonstrate that there is a positive effect from the socio conduct adapted by the Brazilian textile companies, analysed by the economic performance, when this is represented by Ebitda/net income. We obtain results that suggest good economic performance is significantly associated with socio responsible conducts.

Keywords: Socio-Environmental Disclosure; Strategy; Socio Responsibility; Performance Indicators; Textile Industry.

1 Introdução

A partir da década de 1990, com o aumento das preocupações mundiais com o meio ambiente e a necessidade de adaptação ao contexto da globalização da economia, as empresas brasileiras começaram a despertar para as questões ambientais e a sustentabilidade de suas operações. Paralelamente, a escassez dos recursos naturais tem forçado as empresas a buscarem soluções racionais para evitar o desperdício e melhorar a eficiência. Aliada a essa necessidade, a legislação ambiental brasileira, a partir da lei dos crimes ambientais, vem se desenvolvendo e sendo utilizada como um instrumento de regulamentação da conduta ambiental.

De igual forma, percebe-se uma crescente pressão da sociedade sobre as empresas, criando uma forte demanda por ações sociais. Schroeder e Schroeder (2004) afirmam que a ineficiência do Estado em promover o bem-estar social abriu espaço para que as empresas exerçam um importante papel social. Assim, as empresas deixam de ser apenas produtoras de bens e serviços,

e passam a participar e a influenciar a dimensão social. Estas pressões têm modificado o ambiente competitivo, fazendo com que as condutas sociais e ambientais adotadas pelas empresas influenciem seu posicionamento estratégico.

Neste novo cenário, as empresas do segmento têxtil nacional têm utilizado as demonstrações contábeis para evidenciar o seu grau de preocupação e comprometimento com o desenvolvimento sustentável, por meio de iniciativas, como a publicação do Balanço Social e outras informações complementares às demonstrações financeiras, exigidas pela legislação societária. A evidenciação ambiental e social das empresas têxteis tem como objetivo suprir os usuários da contabilidade com informações complementares às informações econômico-financeiras, que podem influenciar nas decisões tomadas pelos *stakeholders*.

As demonstrações contábeis brasileiras possuem, basicamente, menções no Relatório da Administração aos investimentos sociais (envolvendo os *stakeholders*) e aqueles visando à prevenção e o controle ambiental. No entanto, Ribeiro (2005) argumenta que as mudanças no comportamento empresarial, na última década, ampliaram as informações dos relatórios anuais.

Partindo destas afirmações, e considerando que as informações de cunho social e ambiental são relevantes no processo decisório, o objetivo deste trabalho consiste, portanto, na análise das relações de causalidade entre a conduta social e a performance econômico-financeira das empresas de fiação e tecelagem de capital aberto.

2 Evidenciação contábil: conceitos gerais

Hendriksen e Breda (1999, p. 511) reconhecem não haver ainda um consenso sobre o que deverá ser divulgado e de que forma esta divulgação deve ser feita pelas empresas às pessoas que não pertencem à alta administração das mesmas. De fato, existe uma grande variação nos níveis de divulgação praticados pelas companhias em todo o mundo.

Para Iudícibus (2000, p. 121) “ocultar informações ou fornecê-las de forma demasiadamente resumida é tão prejudicial quanto fornecê-las em excesso”. Isso significa que a informação contábil deve ser apropriada às necessidades dos usuários, ou seja, o usuário não deveria receber menos informação do que o necessário para fundamentar suas decisões e, por outro lado, não deveria receber informações que não o ajudem neste sentido.

A quantidade de informação a ser divulgada depende, em parte, do nível de conhecimento do leitor que a recebe (HENDRIKSEN; BREDA, 2000, p. 515), sendo propostos três conceitos de divulgação: adequada (*adequate disclosure*), justa (*fair disclosure*) e completa (*complete disclosure*). Iudícibus, entretanto, alerta para o fato de que não há diferença efetiva entre estes conceitos, pois toda informação para o usuário deve ser, ao mesmo tempo, adequada, justa e plena (IUDÍCIBUS, 2000, p. 117).

As informações divulgadas aos usuários podem ser de natureza quantitativa e qualitativa. Hendriksen e Breda (2000, p. 516) alertam para o fato de que nem todos os dados quantitativos possuem a mesma precisão, sendo dada ênfase nas informações financeiras. As informações não quantitativas são mais difíceis de avaliar em termos de significância e relevância, porque recebe variados pesos em função da importância que cada usuário atribui a estas informações em seu processo decisório.

Apesar de se referir a todo o quadro das demonstrações contábeis, no Brasil prevalece a ideia de que evidenciação é sinônimo de notas explicativas e relatório da diretoria (IUDÍCIBUS, 2000, p 119). As notas explicativas têm a finalidade de indicar os principais critérios contábeis utilizados para avaliação de elementos patrimoniais, depreciação, amortização, exaustão e constituição de provisões, detalhar os principais investimentos, as taxas de juros, prazos e garantias de investimentos, ajustes de exercícios anteriores e outras informações que nem sempre podem ser facilmente identificadas no corpo das demonstrações contábeis.

O Relatório da Administração é o instrumento de comunicação dos gestores da empresa com os usuários externos e englobam, normalmente, informações de caráter não financeiro que afetam a operação da empresa como, por exemplo, contextualização da empresa dentro do mercado, expectativas com relação ao futuro, projeções financeiras, planos de investimentos, pesquisa e desenvolvimento de novos produtos, aspectos ambientais e sociais das operações da companhia.

2.1 Por que, o que, quando e como evidenciar as informações ambientais e sociais

As informações disponibilizadas nas demonstrações contábeis devem

permitir aos usuários a avaliação de tendências e elaboração de modelos preditivos que os auxiliem no processo decisório (IUDÍCIBUS; MARTINS; GELBCKE, 2003). Neste contexto, boa parte das variáveis que permitem uma análise da influência das atividades ambientais e sociais em uma empresa são passíveis de mensuração e, portanto, podem ser contabilizadas e apresentadas a sociedade (RIBEIRO, 1999, p. 2). A contabilidade pode, desta forma, servir de instrumento de apoio à decisão por parte dos gestores das organizações nos assuntos concernentes à avaliação da performance ambiental e social da empresa.

Essa abordagem da contabilidade, que no Brasil ainda é pouco difundida, tem sido objeto de discussão nos meios acadêmicos e profissionais internacionais, onde a preocupação com a evidenciação (*disclosure*) dos aspectos ambientais do patrimônio, principalmente os passivos ambientais e dos tipos de atividades ambientais, ganha destaque na medida em que os *stakeholders* avaliam a responsabilidade corporativa a partir da documentação de suas políticas e atividades ambientais e sociais (STANWICK; STANWICK, 2000, p. 156).

Uma pesquisa realizada em 1996 revelou que, nos 13 principais países pesquisados – Austrália, Canadá, Dinamarca, Bélgica, Finlândia, Alemanha, Holanda, Noruega, Suécia, Reino Unido, Estados Unidos, Japão e França –, aproximadamente três em cada quatro companhias incluem informações ambientais em seus relatórios contábeis anuais (*International Survey of Environmental Reporting* (1996) *apud* HOLLAND; FOO, 2003, p. 2). Segundo os autores da pesquisa, 53% das companhias do Reino Unido publicam relatórios anuais de desempenho socioambiental e 58% possuem, em suas demonstrações contábeis, seções destinadas à evidenciação de informações socioambientais.

As principais informações evidenciadas nas demonstrações contábeis no Reino Unido, segundo Holland e Foo (2003, p. 13) são relativas à política ambiental das companhias, prêmios ambientais (incluindo ISO 14001), processos e produtos, políticas de contabilidade ambiental e gerenciamento de resíduos.

Na França, a partir de 2002, as empresas que negociam ações na bolsa de valores são obrigadas por lei a divulgar sua performance social e ambiental (KPMG, 2002, p. 5). Estes fatos indicam que a preocupação com a divulgação de informações acerca do desempenho ambiental e social, e seus reflexos nos resultados da organização, é uma tendência mundial. Power *et al.* (2001)

afirmam que a evidenciação social e ambiental pode ser pensada como o conjunto de informações sobre as atividades, aspirações e imagem pública das companhias relacionadas a questões pertinentes ao meio ambiente, comunidade, empregados e consumidores.

Para Tinoco e Kraemer (2004) a divulgação de informação na forma como é feita no Brasil não atende ao preceito básico de evidenciação da situação das organizações, registrando basicamente seus eventos operacionais, não captando a inserção das entidades na vida social, a forma como elas se relacionam com *stakeholders*. Os autores apresentam o Balanço Social como o instrumento de gestão e de informação capaz de evidenciar, de forma mais transparente possível, informações contábeis, econômicas, ambientais e sociais, do desempenho das entidades, aos mais diferentes usuários.

O Balanço Social foi instituído na França, em 1977, com uma visão restrita a recursos humanos. Com o tempo, ganhou uma abordagem mais ampla, contemplando, além dos dados relativos a esses recursos, a questão ambiental, a cidadania e ao valor agregado à economia do país. No Brasil, o aspecto mais polêmico do Balanço Social é a questão da obrigatoriedade: enquanto alguns entendem que é necessário impor sua publicação, outros acreditam que ela deveria ser uma opção das empresas. Algumas associações de classe vêm estimulando seus membros a produzir e divulgar informações de natureza social, como a Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN), a Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim) e a Agência Nacional de Energia Elétrica.

Em 2002, uma união de entidades não governamentais, lideradas pelo Instituto Ethos, criou o prêmio Balanço Social com o objetivo de difundir-lo como instrumento de transparência das ações da empresa, de comunicação com a sociedade e ferramenta de gestão (RIBEIRO, 2005). A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é parte integrante do Balanço Social e deve ser entendida como uma forma da contabilidade auxiliar a medir e demonstrar a capacidade da empresa gerar e distribuir riqueza. O grande diferencial da DVA é sua capacidade de evidenciar os destinatários da riqueza gerada.

A evidenciação segregada dos eventos econômico-financeiros de natureza ambiental e social é uma das contribuições da contabilidade ao processo de preservação e proteção ao meio ambiente e a sociedade em geral. A contabilidade ambiental, uma segmentação da contabilidade tradicional, surgiu

para atender o objetivo de identificar, mensurar e esclarecer os eventos e transações econômico-financeiros que estejam relacionados com a proteção, preservação e recuperação ambiental, ocorridos em um determinado período, visando à evidenciação da situação patrimonial de uma entidade (RIBEIRO, 2005, p. 45).

Assim, o reconhecimento dos eventos econômico-financeiros relacionados a condutas ambientais e seus efeitos no patrimônio da entidade são atribuições da contabilidade, objetivando fornecer subsídios para uma melhor avaliação do desempenho global da organização, tomada de decisões dos seus usuários e auxiliar na condução de medidas para preservar o meio ambiente.

Segundo Tinoco e Kraemer (2004), a evidenciação dos ativos ambientais permite identificar os recursos disponíveis para a empresa capazes de gerar benefícios futuros como: a) aumento da capacidade ou aumento da segurança ou eficiência de outros ativos da empresa; b) redução ou prevenção de provável contaminação ambiental resultante de futuras operações, ou; c) conservação do meio ambiente. Os ativos ambientais são, desta forma, os bens adquiridos pela companhia, que têm como finalidade controle, preservação e recuperação do meio ambiente.

O Instituto dos Auditores Independentes do Brasil - IBRACON (2000) conceitua passivos ambientais como toda agressão que se praticou ou pratica contra o meio ambiente e consiste no valor dos investimentos necessários para reabilitá-lo, bem como em multas e indenizações em potencial. Uma empresa tem passivo ambiental quando agride, de algum modo, o meio ambiente.

Entretanto, Ribeiro e Gratão (2000) ressaltam que os passivos ambientais podem também surgir atitudes ambientalmente responsáveis, como as decorrentes da manutenção de sistemas de gestão ambiental, os quais requerem pessoas para sua operacionalização, investimentos em insumos, máquinas equipamentos, monitoramento e controle ambiental.

Segundo Ribeiro (2005, p. 112) os passivos ambientais deveriam ser informados em subgrupo específico das exigibilidades. Sua composição e seus respectivos valores deverão ser discriminados em notas explicativas às demonstrações contábeis. No entanto, se houver uma obrigação relevante, em termos de valor e natureza, deverá ser contabilizada e evidenciada no Balanço Patrimonial em conta específica.

A preocupação com a evidenciação de passivos ambientais justifica-se pelos efeitos negativos no resultado do exercício em que estas contingências forem cobradas pela sociedade através dos órgãos de controle ambiental. As pesadas penalidades impostas aos infratores das leis ambientais não se limitam às multas abrangendo, simultaneamente, os custos de recuperação do dano ambiental causado pelas operações da empresa.

No Brasil, não existe obrigatoriedade de divulgação de informações ambientais e sociais por parte das companhias. As informações que devem ser evidenciadas foram estabelecidas pela Lei das S.A., Lei nº 6.404/76, especificamente em seu artigo nº 176. No entanto, a Lei nº 6.385, de 07.12.76, dá competência à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) para estabelecer normas sobre o relatório da administração, assim, a título de recomendação, a CVM relaciona alguns itens que deveriam ser apresentados pelas companhias abertas que já estão sendo seguidas por muitas empresas no Brasil. Em se tratando de companhia de participações, o relatório deve contemplar as informações mencionadas, mesmo que de forma mais sintética, relativas às empresas investidas.

Apesar da falta de normalização legal acerca da prática de evidenciação social e ambiental pelas empresas, existe uma razoável quantidade de orientações quanto à forma e conteúdo da divulgação de informações desta natureza. Segundo Ribeiro (2005, p. 141) existem duas correntes de pensamento no âmbito da contabilidade. A primeira defende a necessidade de implantação de um novo tipo de relatório que seria anexado às atuais demonstrações contábeis e trataria somente das questões sociais e ambientais. A Segunda corrente advoga pela inclusão destas informações nas estruturas de divulgação já existentes apresentando contas e notas explicativas específicas.

Diante do exposto, conclui-se que as informações sociais e ambientais são relevantes no processo decisório dos usuários das demonstrações contábeis como forma de evidenciação das estratégias e resultados das empresas. Os eventos econômico-financeiros de caráter social e ambientais são passíveis de reconhecimento e registro na contabilidade, afetando, portanto, o patrimônio das entidades e exigindo, por isso, algum nível de divulgação.

Apesar de uma clara tendência mundial ao incremento da divulgação de relatórios sociais e ambientais, as demonstrações contábeis publicadas pelas empresas brasileiras ainda não seguem uma padronização obrigatória, exis-

tindo, no entanto, diversas recomendações de como devam ser elaboradas. A existência de padrões contábeis de apresentação dessas informações facilita a avaliação do posicionamento estratégico das companhias dentro de sua estrutura de indústria permitindo uma melhor análise da conduta e da performance econômica, social e ambiental das empresas.

3 Metodologia

A pesquisa identifica-se como descritiva, uma vez que expõe e analisa a natureza e as características de uma população, no caso, da indústria têxtil, representada por uma amostra representativa segundo a participação no mercado nacional. Como procedimento técnico-metodológico delineador do estudo, adotou-se a pesquisa documental, subsidiada pela pesquisa exploratória com a análise de conteúdo. A pesquisa é de natureza quantitativa, e utiliza um modelo econométrico que relaciona conduta social com performance econômica.

3.1 Definição da amostra a ser pesquisada

As demonstrações contábeis das companhias têxteis de capital aberto foram analisadas a fim de se identificar como estas companhias evidenciam os resultados associados à conduta social e à *performance* econômica. A pesquisa concentrou-se nas empresas têxteis de capital aberto que publicaram demonstrações contábeis junto à Comissão de Valores Mobiliários – CVM – para o exercício findo em 31 de dezembro de 2003.

Em consulta ao *website* da CVM foram identificadas 22 empresas têxteis de capital aberto, estando as demonstrações financeiras das empresas disponíveis para consulta pública. Devido à dificuldade de acesso aos responsáveis pelas informações nas empresas pesquisadas, não foram obtidos dados por contato direto com as empresas, por meio de entrevistas diretas ou questionários de pesquisa.

Foram adotados os critérios *portfolio* de produtos e nível de atividade para a seleção da amostra, tornando-a mais representativa da população de empresas de fiação e tecelagem. Dessa forma, do total de 22 companhias têxteis de capital aberto foram identificadas 11 fiações e tecelagens, que possuem um *portfolio* de produtos composto por, no mínimo, 50% de produtos de tece-

lagem (tecidos e artigos de cama, mesa e banho). Este critério visa minimizar o viés causado por variações no *mix* de produtos. As 11 empresas apresentavam-se em condições normais de operação, durante o ano de 2003. Foram eliminadas aquelas com nível de atividade inferior a 50% (empresas em processo de descontinuidade, retomando atividades depois de paralisações ou sofrendo impacto de reestruturações).

3.2 Definição das variáveis e análise dos dados coletados

O modelo econométrico estabelece uma relação de causa e efeito entre a conduta social e a performance econômica de uma empresa. A partir das informações anuais e das demonstrações financeiras padronizadas foram extraídos os dados de Faturamento Líquido, Lucro Líquido, Ativo Total e EBITDA. Estes dados foram utilizados para o cálculo das variáveis dependentes definidas como a razão, em percentual, entre EBITDA (lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização) e a receita líquida e o retorno sobre o investimento, medido pela relação em percentual entre o lucro líquido do exercício e o ativo total da companhia.

Paralelamente, a variável independente para a conduta social foi designada de índice de conduta social. O índice de conduta social foi calculado através da relação percentual entre o número de condutas e/ou programas sociais praticados individualmente pelas companhias e o total de diferentes condutas e/ou programas sociais praticados pelo conjunto das 11 companhias têxteis analisadas. Para tanto, foi desenvolvida uma medida quantitativa da evidenciação social denominada de grau de evidenciação da conduta social. O grau de evidenciação de conduta social mede a preocupação das companhias têxteis de capital aberto em demonstrar aos *stakeholders* as suas condutas sociais e foi levantado a partir da avaliação qualitativa das informações divulgadas pelas companhias.

O seu cálculo tomou por base o estudo desenvolvido por Al-Tuwaijri *et al.* (2003). A técnica de quantificação, adotada por Al-Tuwaijri, Christensen e Hughes (2003), para constituir o indicador de evidenciação social e ambiental, baseia-se na *disclosure-scoring measure*, a partir da análise de conteúdo de relatórios ambientais das empresas norte-americanas, em atendimento às orientações da *Security and Exchange Commission* - SEC, órgão equivalente

a CVM brasileira. Estudos realizados por Fekrat (1986) revelam que metodologias similares, usando medidas quantitativas de evidência, designaram valores para diferentes informações evidenciadas de acordo com a importância percebida em cada informação.

Entretanto, foi necessário adaptar a metodologia de Al-Tuwaijri, Christense e Hughes (2003) à realidade brasileira. Nesse sentido, foi analisado o Parecer de Orientação nº 15/87, no qual a CVM manifesta-se acerca do conteúdo recomendado para o Relatório da Administração, a ser publicado pelas companhias de capital aberto. Nas informações anuais (IAN) publicadas pelas companhias junto à CVM foram analisados os quadros que compõem os grupos 9 (Histórico da Empresa), 11 (Processos de Produção), 14 (Projeções e Informações), 15 (Problemas Ambientais) e Relatório da Administração.

Al-Tuwaijri, Christensen e Hughes (2003) partiram da premissa de que as informações quantitativas são mais relevantes para os *stakeholders* que as informações qualitativas. Assim, os autores atribuíram pesos em função do grau de mensuração objetiva das informações evidenciadas pelas companhias, conforme apresentado no Quadro 1.

Quadro 1: Pesos utilizados para compor o grau de evidênciação da conduta social

Tipo de evidênciação quanto à conduta social	Peso
Nenhuma informação é disponibilizada	0
Disponibilizada Informação Qualitativa Não Específica.	1
Disponibilizada Informação Qualitativa Específica.	2
Disponibilizada Informação Quantitativa.	3

Fonte: Al-Tuwaijri *et al.* (2003).

Caso a empresa não disponibilize nenhuma informação é atribuído o peso zero à evidênciação social. Por outro lado, o peso 1 é atribuído para a informação qualitativa não específica, tais como, comentários gerais acerca de preocupações com o desenvolvimento dos funcionários, que não deixem claro que ações a empresa está tomando. As empresas que disponibilizam informações qualitativas específicas, que dizem respeito à citação, nas demonstrações contábeis, de projetos sociais específicos que estejam efetivamente sendo implementados pelas empresas, é atribuído peso 2. Finalmente, é atribuído peso 3 para as informações quantitativas que expressam, pelo uso de

indicadores numéricos, as condutas e performance social das empresas como, por exemplo, valores investidos em projetos sociais ou número de colaboradores treinados.

As informações coletadas foram tabuladas e agrupadas de acordo com a sistemática de divulgação recomendada pela CVM. Este conjunto de dados foi lançado em planilha eletrônica Excel, onde foram feitas análises de regressão linear para identificar as relações entre as variáveis independentes (índice de conduta social) e dependentes (performance econômica).

4. Resultados

4.1 Grau de evidenciação social

A divulgação das condutas sociais por parte das empresas têxteis é feita essencialmente por meio do Relatório da Administração. Os grupos de informações recomendados pela CVM e o respectivo número de empresas têxteis que os utilizaram como meio de evidenciação da conduta social são apresentados na Tabela 1.

Tabela 1: Formas de evidenciação da conduta social

Formas de evidenciação da conduta social	Número de empresas que utilizaram o grupo
Grupo 9 – Histórico da Empresa	0
Grupo 11 – Processos de Produção	1
Grupo 14 – Projeções e Informações	0
Relatório da Administração	8

Fonte: Castro Jr. (2005).

Apresenta-se na Tabela 2 o Grau de Evidenciação Social das empresas analisadas. Para cada grupo de informações foram atribuídos pesos em função do tipo de informação divulgada. Apenas três empresas analisadas – Buettner, Cataguases e Karsten – apresentaram dados quantitativos de sua gestão social, sendo que as duas últimas publicaram o Balanço Social. Na maioria dos casos (5 empresas), as informações são qualitativas não permitindo a avaliação dos resultados das condutas sociais praticadas em termos numéricos.

Tabela 2: Grau de evidenciação social das empresas têxteis

Razão Social (Denominação Comercial)	Grupo 9	Grupo 11	Grupo 14	Relatório da Administração	Grau de Evidenciação Social
Buettner S/A Ind. e Comércio	0	0	0	3	3
Cia Industrial Cataguases	0	0	0	3	3
Karsten S/A	0	0	0	3	3
Santista Têxtil S/A	0	1	0	2	3
Cia de Fiação e Tec Cedro e Cachoeira	0	0	0	1	1
Pettenati S/A Ind.Textil	0	0	0	1	1
Têxtil Renaux S/A	0	0	0	1	1
Vicunha Têxtil S/A	0	0	0	1	1
Cia. Fabril Mascarenhas	0	0	0	0	0
Fábrica Tecidos Carlos Renaux S/A	0	0	0	0	0
UniTêxtil- União Ind. Têxtil S/A	0	0	0	0	0

Fonte: Castro Jr. (2005).

A prática mais comum verificada nas demonstrações contábeis consiste em informar que a empresa investe em treinamentos, saúde ocupacional, alimentação do trabalhador e outros programas sociais sem, no entanto, informar quantas pessoas foram beneficiadas, quanto foi investido ou quais resultados quantificados foram alcançados. Das 11 empresas analisadas três não evidenciaram informações de cunho social em suas demonstrações contábeis, implicando no índice zero para o seu grau de evidenciação social.

Foram identificados 14 tipos de conduta social adotados pelo conjunto das 11 empresas que formaram a amostra. Os indicadores de conduta social que envolvem as partes interessadas internas representam ações voltadas para os empregados da empresa, ao passo que as partes interessadas externas envolvem a comunidade, por meio de escolas, ONG's e órgãos governamentais. Na Tabela 3 apresentam-se as condutas sociais identificadas pelas demonstrações contábeis publicadas pelas empresas.

Tabela 3: Tipos de conduta social adotadas pelas empresas têxteis por função gerencial

Partes interessadas	Função gerencial	Tipos de conduta social	Nº Empresas
Internas	Recursos Humanos	Programa de Alimentação do Trabalhador	8
		Transporte	8
		Atendimento médico e odontológico	8
		Plano de Saúde	8
		Treinamento e Capacitação	8
		Bolsas de estudos	3
		Grêmios recreativos	4
		Remuneração variável	5
	Administração Geral	Balanço Social	2
		OHSAS 18001	1
Financeiro	Demonstração de Valor Adicionado	2	
	Instituto de Assistência aos Funcionários	1	
Externas	Recursos Humanos	Programas de Voluntariado	2
	Financeiro	Apoio a ONG's	2

Fonte: Castro Jr. (2005).

Observa-se que 12 dos 14 tipos de conduta social estão relacionados às partes interessadas internas, envolvendo, principalmente, a função gerencial recursos humanos. Os tipos de conduta social envolvem programas de alimentação, transporte, atendimento médico e odontológico, plano de saúde e treinamento e capacitação e foram os mais relatos nas demonstrações contábeis. Estes programas são, na maioria dos casos, compulsórios em virtude da legislação trabalhista e não decorrentes de uma consciência social mais elevada por parte dos gestores. Na Tabela 4 apresenta-se os tipos de conduta social adotadas por empresa.

Somente duas empresas publicaram o Balanço Social e a Demonstração de Valor Adicionado. A pesquisa mostrou que apenas duas empresas da amostra interagem com as partes interessadas externas nas ações de voluntariado empresarial e apoio a ONG's, por meio de patrocínios.

A partir dos dados apresentados na Tabela 4 foi calculado o índice de conduta social, que representa a frequência de condutas sociais adotadas em relação ao total de tipos de condutas sociais da amostra. Por exemplo, Karsten adota 13 dos 14 tipos de conduta social, isto é, seu índice de conduta social é de 92,9%.

Tabela 4: Tipos de conduta social adotada por empresa

Tipos de Conduta Social	Empresas											Total
	Karsten	Santista Têxtil	Catagnases	Vicumha	Renaux	Cedro e Cachoeira	Buettner	Pettenati	Mascarenhas	Carlos Renaux	Unitêxtil	
Programa de Alimentação do Trabalhador	X	X	X	X	X	X	X	X				8
Transporte	X	X	X	X	X	X	X	X				8
Atendimento médico e odontológico	X	X	X	X	X	X	X	X				8
Plano de Saúde	X	X	X	X	X	X						8
Treinamento e capacitação	X	X	X	X	X	X						8
Bolsas de estudos	X	X	X									3
Grêmios recreativos	X	X		X	X							4
Remuneração variável	X	X		X	X	X						5
Balanço Social	X		X									2
OHSAS 18001		X										1
Demonstração de Valor Adicionado	X		X									2
Instituto de Assistência aos Funcionários	X											1
Programas de Voluntariado	X	X										2
Apoio a ONG's	X	X										2
Total	13	11	8	7	7	6	5	5	0	0	0	

Fonte: Castro Jr. (2005).

4.2 Índice de conduta social

O índice de conduta social é fortemente afetado pela quantidade e qualidade da evidenciação social praticada pela companhia. A Tabela 5 classifica as empresas estudadas de acordo com o seu índice de conduta social que representa a situação de cada empresa em relação ao conjunto de empresas analisadas.

Tabela 5: Índice de conduta social das empresas têxteis

Razão Social - (Denominação Comercial)	Índice de Conduta Social (%)
Karsten S/A	92,9
Santista Têxtil S/A	78,6
Cia Ind. Cataguases	57,1
Vicunha Têxtil S/A	50,0
Têxtil Renaux S/A	50,0
Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira	42,9
Buettner S/A - Indústria e Comercio	35,7
Pettenati S/A Industrial Têxtil	35,7
Cia Fabril Mascarenhas	0,0
Fábrica Tecidos Carlos Renaux S/A.	0,0
UniTextil - União Industrial Têxtil S/A	0,0

Fonte: Castro Jr. (2005).

As empresas foram classificadas segundo seus padrões de conduta social em conduta social fraca, intermediária e forte, conforme as faixas de índices de conduta social apresentadas na Tabela 6. Esta classificação é, portanto, relativa e compara cada empresa individualmente com o conjunto de empresas componentes da amostra analisada.

Tabela 6: Classificação dos padrões de conduta social e os índices de conduta social das empresas estudadas

Padrão de Conduta Social	Índice de Conduta Social (%)	Número de Empresa
Fraca	0 – 25	3
Intermediária	26 – 75	6
Forte	76 – 100	2

Fonte: Castro Jr. (2005).

Abreu *et al.* (2008) classificam as empresas como possuidoras de uma conduta social forte, intermediária ou fraca. A conduta social forte caracteriza-se pelo desenvolvimento de projetos sociais internos, que vão além da legislação, e de projetos sociais externos. Tais projetos são desenvolvidos através de uma fundação ou em parceria com organizações não governamentais, têm continuidade e atendem, em geral, a problemas críticos da comunidade onde a organização está inserida. Os projetos possuem uma visão no tripé de sustentabilidade.

Os investimentos são definidos para atender os objetivos e as metas sociais da empresa. As empresas possuem programa de desenvolvimento

profissional formalizado e estão implantando ou certificando seus sistemas de gestão de segurança e saúde no trabalho e/ou de responsabilidade social. Fazem exigências sociais contratuais aos fornecedores e avaliam os riscos e perigos de saúde e segurança no trabalho para os funcionários próprios e contratados. Estas empresas antecipam as preocupações sociais de seus clientes e já percebem vantagens competitivas associadas com a melhoria da imagem, da produtividade e da ambiência organizacional.

Uma empresa que tem uma conduta social intermediária realiza alguns projetos que estão além das obrigações legais. Ela realiza algumas ações isoladas ou situacionais que beneficiam de alguma forma seus *stakeholders* interno e externo, porém sem um planejamento de médio e longo prazo. Algumas possuem um programa de desenvolvimento profissional informal, estão no estágio inicial de um sistema de gestão de saúde e segurança no trabalho ou de responsabilidade social e não fazem exigências sociais contratuais aos seus fornecedores. Não completaram a avaliação dos riscos e perigos de segurança e saúde no trabalho.

Uma conduta social fraca é caracterizada pela empresa que tem suas ações sociais limitadas ao cumprimento da legislação vigente. Isso implica em ações sociais voltadas apenas para o público interno. Os investimentos em projetos sociais são definidos apenas para atender à legislação trabalhista. As empresas não possuem um programa de desenvolvimento profissional, não possuem sistemas de gestão de saúde e segurança no trabalho ou de responsabilidade social, também não fazem exigências sociais aos seus fornecedores e não avaliam os riscos e perigos de saúde e segurança no trabalho. As empresas desconhecem a preocupação social dos concorrentes, ou seja, não identificam vantagens competitivas com a conduta social.

Classificando as empresas de acordo com seus padrões de conduta social, definidos por Abreu *et al.* (2008), conclui-se que duas companhias podem ser consideradas como possuidoras de uma conduta social forte. A maioria das empresas, ou seja, seis empresas, possuem conduta social intermediária, enquanto que as três empresas restantes adotam uma conduta fraca.

As empresas Karsten e Santista destacam-se como empresas de conduta social forte. De fato, estas empresas apresentam em seus balanços sociais ações mensuráveis voltadas para atividades de pesquisa, esportes, apoio a entidades filantrópicas, programas de voluntariado empresarial e assistência

a crianças carentes através de creches mantidas pelas companhias. A Santista possui um Sistema de Segurança e Saúde Ocupacional certificado de acordo com a norma OHSAS 18001, sendo, assim, a única das empresas estudadas que evidenciou esta certificação em suas demonstrações contábeis.

Por outro lado, a maioria das empresas têxteis estudadas apresenta condutas sociais intermediárias, representando 55% da amostra, caracterizada por um foco maior nas ações voltadas para o atendimento às demandas das partes interessadas internas como, por exemplo, transporte, refeição, plano de saúde, educação e treinamento.

4.3 Performance econômica das empresas têxteis

Todas as empresas analisadas, neste estudo, estão sujeitas à mesma estrutura de mercado da indústria têxtil nacional. Esta homogeneidade de pressões sobre a indústria têxtil brasileira faz com que as diferenças nas performances econômicas sejam explicadas, basicamente, pelas diferentes condutas adotadas pelos participantes do mercado. A classificação destas diferentes condutas permite reconhecer como fatores que irão afetar a performance econômica das empresas aqueles relacionados às dimensões econômicas, sociais e ambientais.

A performance econômica das companhias é, sem dúvida, o tema central das informações evidenciadas, por meio das demonstrações contábeis. Os resultados foram obtidos por meio dos balanços patrimoniais, demonstrações de resultados do exercício e demonstrações de origens e aplicações de recursos, das 11 empresas selecionadas, conforme apresentadas na Tabela 7.

O ano de 2003 foi especialmente difícil para a indústria têxtil, que operou em um cenário de economia estagnada. A política econômica continuou com um rigoroso controle inflacionário, sustentado na manutenção das altas taxas de juros, superávit na balança comercial e valorização do Real, que, contudo, não resultou em crescimento econômico. Como consequência, houve forte recessão na indústria, retração do mercado de trabalho, perda de renda e queda das vendas no comércio doméstico, para a maioria das empresas analisadas. Este cenário contribuiu para que 54,5% das companhias analisadas fechassem o exercício de 2003 com prejuízo.

Tabela 7: Performance econômica das empresas estudadas – ano de 2003

Razão Social	EBITDA	Fat.	Lucro	Ativo	EBITDA	ROI
		Líquido	Líquido	Total	/Fat Líq	
	Mil Reais					(%)
Buettner S/A - Indústria e Comércio	17.548	171.836	(1.457)	150.573	10,21	0,97
Cia Fabril Mascarenhas	2.866	21.632	(643)	28.433	13,25	2,26
Cia Industrial Cataguases	17.848	120.827	1.081	161.813	14,77	0,67
Cia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira	41.300	173.431	11.537	260.025	23,81	4,44
Fábrica Tecidos Carlos Renaux S/A	6.372	74.279	(3.431)	64.193	8,58	5,34
Karsten S/A	44.900	271.337	11.189	238.653	16,55	4,69
Pettenati S/A Ind Têxtil	17.799	172.763	(2.499)	152.763	10,30	1,64
Santista TêxtilS/A	145.000	707.236	43.561	934.431	20,50	4,66
Têxtil Renaux S/A	13.738	80.197	(3.571)	74.859	17,13	4,77
UniTextil- União Industrial Têxtil S/A	1.188	15.797	(134)	31.116	7,52	0,43
Vicunha Têxtil S/A	195.200	1.405.280	22.538	1.537.367	13,89	1,47

Fonte: Castro Jr.(2005).

Como alternativa à estagnação do mercado interno, as empresas buscaram o aumento do volume de exportações, aproveitando o câmbio favorável e as políticas de incentivo do governo federal. Por outro lado, os aumentos nos preços do algodão foram apontados como um forte fator adverso para a maioria das empresas, uma vez que esta matéria-prima representa entre 40 e 60% dos custos de produção (ITMF, 2002).

5. Resultados econométricos: conduta social e performance econômica

Paralelamente, o índice de conduta social foi comparado com as variáveis dependentes representadas: 1) pela relação entre EBITDA e Receita Líquida (coluna 5, Tabela 7) e, 2) pelo ROI (coluna 6, Tabela 7). São apresentados na Tabela 8 os resultados econométricos do modelo de regressão linear entre o índice de conduta social e a performance econômica segundo a variável relação EBITDA/Receita Líquida e ROI das companhias analisadas.

Tabela 8: Análise de Regressão Linear – Índice de Conduta Social x EBITDA/Receita Líquida e Índice de Conduta Social x ROI

Variável Independente	Variável Dependente	
	EBITDA/RL	ROI
Intercepto	10,067 (4,808)*	- 3,097 (-2,220)*
Índice de Conduta Social	0,103 (2,467)*	0,078 (2,796)*
R ²	0,403	0,465
R ² ajustado	0,337	0,405
F	6,085*	7,817*
N		11

Fonte: Castro Jr. (2005). * Significante a 5%

Usando como variável dependente EBITDA/Receita Líquida e ROI e variável independente a conduta social, as estimativas dos coeficientes apresentaram o sinal positivo, tal como previsto. A análise de regressão linear entre as variáveis: índice de conduta social e EBITDA/Receita líquida demonstrou existir uma relação estatisticamente significativa entre as variáveis. Adotando-se um grau de liberdade $T-2 = 9$ e um intervalo de confiança de 95% ($\alpha=0,05$) encontra-se, na tabela de valores críticos para a distribuição t, que o valor crítico t_c para estes dados é 1,833. Por meio da análise em planilha *Excel* obteve-se o valor da estatística t igual a 2,467. Como temos $t > t_c$, rejeita-se a hipótese nula comprovando a significância da relação estatística entre as variáveis (HILL *et al.*, 2003).

A análise de Regressão Linear entre as variáveis índice de conduta social e o ROI também demonstrou existir uma relação estatisticamente significativa entre as variáveis. Adotando-se os mesmos parâmetros da análise entre conduta social e EBITDA/Receita Líquida, ou seja, um grau de liberdade $T-2 = 9$ e um intervalo de confiança de 95% ($\alpha=0,05$), encontra-se, na tabela de valores críticos para a distribuição t, que o valor crítico t_c para estes dados é 1,833. Através da análise em planilha *Excel* obteve-se o valor da estatística t igual a 2,796. Como temos $t > t_c$, rejeita-se a hipótese nula, o que comprova a significância da relação estatística entre as variáveis.

O coeficiente de determinação (R^2) é uma medida descritiva que demonstra que 40,3% das variações no valor da relação EBITDA/Receita

Líquida são explicadas pela variação no índice de conduta social das companhias. Por outro lado, o coeficiente de determinação (R^2) entre o índice de conduta social e o ROI mostra que 46,5% das variações são explicadas pela variação no índice de conduta social das companhias.

O efeito marginal dos dois modelos apresenta resultados próximos indicando que, independentemente da escolha da variável de performance, a conduta social é relevante na determinação do resultado da empresa. Os resultados apresentados demonstram, portanto, a existência de uma relação de causa e efeito positiva entre a conduta social e a performance econômica das empresas analisadas. Isso significa que, dentro da amostra analisada, quanto mais forte forem as condutas sociais adotadas pelas empresas, melhores serão os seus resultados econômico-financeiros. Os testes de significância estatística validam estas conclusões.

6. Conclusões

A estrutura de mercado da indústria têxtil brasileira vem sofrendo choques que pressionam as empresas a adotarem novos padrões de conduta. Tais choques, do ponto de vista econômico, são provenientes principalmente das políticas econômicas do governo, da globalização e abertura de mercados com o aumento da competição internacional, o fim do Acordo Geral de Tarifas e Comércio de Produtos Têxteis (GATT). Sob a ótica social e ambiental, as pressões da sociedade, governo e investidores com relação à proteção do meio ambiente e responsabilidade social têm exercido importante influência nas decisões estratégicas dos gestores.

Os dados utilizados na pesquisa, coletados a partir das demonstrações contábeis publicadas pelas empresas junto a Comissão de Valores Mobiliários, permitiram verificar que as empresas têxteis utilizam basicamente o Relatório da Administração, como forma de evidenciar a conduta social. Entretanto, existe uma predominância de informações qualitativas acerca das condutas sociais. A divulgação de informações socioambientais tem caráter eminentemente voluntário, não existindo, por parte das empresas, nenhuma obrigatoriedade quanto ao conteúdo ou forma de apresentação, uma vez que os Pareceres da CVM acerca do assunto são meramente orientativos.

A partir desta pesquisa, identificou-se que, no ano analisado, caracterizado por pressões estruturais sobre as empresas têxteis brasileiras, foram adotadas condutas sociais distintas. Os resultados econométricos demonstram que os efeitos da decisão estratégica são observados na performance econômica das companhias. Dessa forma, empresas que adotam condutas sociais responsáveis possuem uma tendência a apresentar melhores resultados econômicos.

Referências

ABREU, M. C. S. et al. Perfis estratégicos de conduta social e ambiental: estudos na indústria têxtil nordestina. *Revista Gestão e Produção* (UFSCar), v. 15, n. 1, p. 159-172, 2008.

AL-TUWAIJRI, Sulaiman A.; CHRISTENSEN, Theodore E.; HUGHES, K. E. The relations among environmental disclosure, environmental performance, and economic performance: a simultaneous equations approach. (April 2003). Disponível em: <<http://ssrn.com/abstract=405643>>. Acesso em: 7 abri. 2005.

CASTRO Júnior, Orlando Vieira de. *Conduta socioambiental e performance ambiental e econômica: análise de evidências na indústria têxtil brasileira*. Dissertação (Mestrado em Controladoria), Faculdade de Economia, Administração, Atuaria e Contabilidade (FEEAC) – UFC, Fortaleza, 2005.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - CVM. Parecer de Orientação CVM Nº 15, de 28 de Dezembro de 1987. Brasília: DF. CVM, 1987.

_____. Parecer de Orientação CVM Nº 17, de 15 de Fevereiro de 1989. Brasília: DF. CVM, 1989.

_____. Instrução CVM Nº 202, de 06 de Dezembro de 1993. Brasília: DF. CVM, 1993.

_____. Parecer de Orientação CVM Nº 24, de 15 de Janeiro de 1992. Brasília: DF. CVM, 1992.

_____. Instrução CVM Nº 351, de 24 de Abril de 2001. Brasília: DF. CVM, 2001.

HENDRIKSEN, Eldon S.; BREDA, Michael F. Van. *Teoria da contabilidade*. Trad. Antônio Zorato Sanvincente. São Paulo: Atlas, 1999.

HILL, R. Carter; GRIFFITHS, William E.; JUDGE, George G. *Econometria*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

HOLLAND, Leigh; FOO, Yee Boon. Differences in environmental reporting practices in the UK and the US: the legal and regulatory context. *The British Accounting Review*, n. 35, p. 1-18, Leicester, UK: De Montfort University, 2003.

INSTITUTO DOS AUDITORES INDEPENDENTES DO BRASIL - IBRACON. NPA 11 – Normas e Procedimentos de Auditoria – Balanço e Ecologia. São Paulo: Ibracon, 2000.

INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL. Indicadores Ethos de Responsabilidade Social. São Paulo: Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, 2000.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. *Teoria da contabilidade*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. *Manual de contabilidade das sociedades por ações*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

KPMG. International Survey of Corporate Sustainability Reporting 2002. Amsterdam, Netherlands: University of Amsterdam: 2002.

POWER, David M. et al. Social and environmental disclosure and corporate characteristics: A research note and extension. *Journal of Business & Accounting*, v. 4, n. 28, April/May 2001. Oxford, UK: Blackwell Publishers Ltd., 2001.

RIBEIRO, M. de S. GRATÃO, A. D. Custos ambientais – o caso das empresas distribuidoras de combustíveis. In CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 7, 2000, Recife. *Anais do VII Congresso Brasileiro de Custos*. Recife: PE, 2000.

RIBEIRO, Maisa de Sousa. *Contabilidade ambiental*. São Paulo: Saravia, 2005.

RIBEIRO, Maisa de Souza; LISBOA, Lázaro Plácido. Balanço social. Disponível em: <

<http://www.balancosocial.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?from%5Finfo%5Findex=6&infoid=44&sid=5>>. Acesso em: 16 jan. 2005.

RIBEIRO, Maisa de Souza. A Contabilidade como instrumento do gerenciamento ambiental. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE CUSTOS, 4, Braga, Portugal. *Anais...* Braga: Universidade do Mecho, setembro de 1999.

SCHROEDER, Jocimari Tres; SCHROEDER, Ivanir. Responsabilidade social e corporativa: limites e possibilidades. *RAE – Eletrônica*, São Paulo, EAESP/FGV, v. 3, n. 4, jan./jun. 2004, 2000. Disponível em:

<<http://www.rae.com.br/eletronica/index.cfm?FuseAction=Artigo&ID=1573&Secao=COMPTO&Volume=3&Numero=1&Ano=2004>>. Acesso em: 14 jan. 2005.

STANWICK, Sarah D.; STANWICK, Peter A. The relationship between environmental disclosure and financial performance: an empirical study of US firms. *Eco-Management and Auditing*, n. 7, USA: Auburn University, 2000.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio; KRAEMER, Elisabeth Pereira. *Contabilidade e gestão ambiental*. São Paulo: Atlas, 2004.